

# Carvalho da Silva.

## “À medida que legislatura avance problemas vão ser mais quentes”

O antigo líder da CGTP defende que o primeiro-ministro tem tido uma estratégia interessante ao resolver uma coisa de cada vez e que a política de pequenos passos é um sinal à sociedade que contraria a ideia de que a perda de direitos seria uma inevitabilidade

ANTÓNIO BILRERO  
[antonio.bilrero@jonline.pt](mailto:antonio.bilrero@jonline.pt)

**Há algum perigo de um governo do PS, mais centrado à esquerda e apoiado pelo BE e o PCP, poder esvaziar a mobilização reivindicativa?**

Pode haver. Se não houver cuidado por parte dos partidos, isso pode levar a que se fechem sobre si próprios. Como homem de esquerda penso que haver um governo do PS, com apoio parlamentar à esquerda, não pode desarmar toda uma intervenção social e política crítica na sociedade. Houve uma certa fragilização, vejo isso em várias áreas em que me movo. Espero que seja passageiro e que ressurgja em força uma dinâmica crítica, ativa e que ultrapasse o próprio espaço dos partidos. Os partidos à esquerda devem fazer o seu trabalho de forma coerente e empenhada. Não devem diminuir a ação crítica. A direita anda permanentemente a tentar comprometer o PCP e o BE de forma total no governo para quê? Para impedir que haja um espaço crítico à esquerda do governo. Esse espaço crítico à esquerda do governo não pode desaparecer.

**Esse risco então é real?**

Sim, há riscos. Todavia, do ponto de vista da dinâmica social em geral, e do movimento sindical em particular, nota-se que este tem estado numa posição de equi-

líbrio bastante interessante. Porque não tem abdicado de colocar as suas posições, tem feito movimentações, manifestações e lutas em momentos bastante oportunos e mantém-se atento. E vai ter de manter uma atenção muito grande e uma mobilização forte em relação à administração pública por razões que são evidentes, porque toda esta dinâmica neoliberal que vem da Europa e que existe também internamente, afronta a estruturada da administração pública e a prestação dos direitos sociais fundamentais dessa estrutura. Por isso, saúde, educação, segurança social, formação e justiça são áreas que vão estar em tensão forte. É de prever uma ação do movimento sindical (veja-se o caso recente no setor da saúde por cauda da aplicação das 35 horas). É provável que se assista a outras mobilizações.

**Perante isso, como avalia os primeiros oito meses da gerigonça?**

Acho que o que se pode constatar é que o funcionamento desta solução, com um governo do PS apoiado à esquerda, tem do ponto de vista geral funcionado melhor do que muita gente imaginava à partida. Veio criar um novo sentimento na sociedade. A fase inicial foi muito marcada por uma persistência da direita que a todo o custo tentou primeiro inviabilizar e depois des-

credibilizar e desacreditar a solução nos planos interno e externo. Mas a direita está a sair-se mal nessa função e este último episódio das chamadas sanções também contribuiu para a percepção de que esse negativismo em que quer situar constantemente o país, pode ser sacudido. Isso é o mais relevante.

**Vê então aspetos positivos na governação.**

Constato que em algumas áreas se têm dado pequenos passos. Desde o início que digo que são, em muitos casos, pequenos passos corajosos de dignidade e um sinal à sociedade portuguesa de não cedência à inevitabilidade do retrocesso.

**Quer indicar algum caso concreto?**

O caso da educação [subsídios aos colégios privados]. Pela sua simbologia, até mais do que por aquilo que representa, é um caso muito interessante. Mas há outras medidas, como a reposição dos subsídios de férias, dos feriados, as 35 horas. Por exemplo, encontrei muitos reformados que já se tinham esquecido do direito ao subsídio de férias e que pareceram agora surpreendidos. A reposição lembrou-os dos seus direitos. Ponho em relevo este aspeto porque estamos debaixo de uma situação de políticas de austeridade com imensas limitações. E isto vai continuar. Mas haver um governo que ajuda a sociedade a

dar pequenos passos, que lhe traz à memória aquilo que eram as suas condições, facilita uma coisa que é primordial: mobilizar a sociedade para que as políticas que foram adotadas em nome de uma situação de emergência, com toda a argumentação que levou a cortes e eliminação de direitos,

**Na educação, o caso dos colégios, pela sua simbologia, é um caso muito um interessante**

**Difícilmente o país consegue ter investimento se mantiver os encargos da dívida**

não se torne normalidade, se perpetue, porque isso significaria baixar automaticamente o patamar de desenvolvimento do país. Daí a importância destes pequenos passos.

**Essa é a avaliação que faz da governação do PS?**

Sim. É a constatação de que o governo, em particular o primeiro-ministro, tem tido uma estratégia interessante de procurar resolver uma coisa de cada vez. E isso é bom.

Isso é importante, porque ajuda à tal construção de uma condição para se poder avançar. Agora isto tem limitações. Essa preocupação de se responder a uma coisa de cada vez, é lógica, é coerente, face às limitações que temos, porque é por esta via que se podem encontrar algumas soluções. Mas não podemos secundarizar os problemas estruturais.

**Por exemplo?**

Difícilmente o país consegue ter investimento se mantiver os encargos da dívida que tem. Se em cada



Depois de 25 anos  
à frente da CGTP  
dedica-se  
à sociologia  
e à investigação

JOÃO GIRÃO



ano temos de pagar 8,5 mil milhões de euros de encargos da dívida não fica margem para haver investimento. Se não há aqui uma libertação de condições para não se aumentarem cargas fiscais, para as diminuir, levando as pessoas a investir, se não há um ambiente positivo, isto não anda. Por um lado falta criarem-se condições para haver uma disponibilidade de os portugueses arriscarem mais, por outro, é preciso retomar uma mobilização.

**Quais os principais obstáculos, as maiores preocupações que identifica?**

Quando se enumeram grandes problemas aos quais temos de responder, no imediato, coloco quatro: O desemprego e o emprego são um grande problema (embora os recentes números nesta área sejam interessantes), onde o combate à precariedade tem de vir para o primeiro plano das preocupações, o combate à pobreza e às desigualdades é um enorme desafio porque não há recompo-

sições dinâmicas na sociedade portuguesa se isto não for feito. A criação de condições para o tal investimento de que falei anteriormente, e isso passa pela resolução dos poderes do sistema financeiro, uma vez que sem isso é muito difícil encontrar conjugação de fatores que permitam o desenvolvimento e, por último, a necessidade de estancar a emigração e começar a reverter o saldo demográfico em Portugal.

**Quer concretizar melhor esta última questão?**

Tenho uma perceção, que decorre da experiência, de que há uma parte dos portugueses para quem a emigração se tornou tão normal e tão inevitável que desistem do combate imediato que é preciso fazer no país, tentando passar entre os pingos da chuva da emigração. E isto é um problema. Um país que está em envelhecimento natural porque o aumento da esperança de vida é significativo e o saldo demográfico é frágil, um país que junta a

isto a emigração de centenas de milhares de jovens e de portugueses que eram combativos e qualificados, fica depauperado do ponto de vista da capacidade de reação dos cidadãos.

**E como se reverte essa situação?**

Era muito importante que neste momento estivesse a haver uma

**Tenho a perceção de que há uma parte dos portugueses para quem a emigração é normal**

**Uma das vitórias da esquerda até agora é não ter ido no jogo da direita**

intervenção social, política, em muitos casos até de conflitar na sociedade portuguesa, em que as pessoas manifestassem descontentamento e exigências de forma a que haja resposta para os problemas, porque se as pessoas não se movimentam não há respostas, a sociedade não se mexe. **O governo pode cumprir a legislatura?**

Penso que sim, que é possível. Se prosseguir uma ação que procure responder aos problemas, mesmo que a um de cada vez, desde que não se perca a perspetiva estratégica. Ou seja, a conjugação entre o conjuntural e o estratégico tem de ser reforçada. Quanto mais se avançar no tempo, mais se vai tornar evidente a necessidade dessa conjugação entre o conjuntural e o estratégico.

**Como assim?**

Dou-lhe o exemplo do que se está a passar em torno das chamadas sanções da União Europeia. Aos três partidos que suportam o governo não basta uma resposta

conjuntural. Os três têm de se ir aproximando. Têm de ir conjugando objetivos estratégicos perante os atrofiamentos, a apropriação ilegal e que atenta contra os interesses nacionais. Portugal não foi penalizado e fez-se quase uma festa. O ato em si, toda essa enenação, os pronunciamentos de responsáveis europeus, são uma atitude de ingerência na vida do país que não se admite. Isto não pode ser escamoteado.

**Que fazer?**

Conforme a legislatura vá avançando vão ser mais quentes estes problemas. E esses não estão na diferença de posições que o PCP tem em relação à União Europeia, comparando com o PS, ou naquilo que o Bloco pensa. O problema é como gerir o conjuntural com o estratégico, mantendo cada partido a sua identidade. Porque aí é que não se pode perder. E é por isso que digo também que uma das vitórias à esquerda até agora é não ter ido no jogo da direita, propiciando assim que esta se esvazie. Penso que mais uns passos e vai tornar-se ainda mais evidente para a sociedade portuguesa que há setores da direita – e não me refiro a todas as pessoas dessa área – que não têm mesmo uma outra perspetiva para Portugal que não seja de um abaixamento do patamar de desenvolvimento do país. É preciso pôr isto em evidência.